

EDITORIAL

Política e Clínica na Produção das Subjetividades

Este número da Revista Subjetividades apresenta-se de uma forma profundamente politizada, trabalhando questões radicais do âmbito social e clínico com a pertinência de um recorte lúcido que não deixa de situar o sujeito no contexto sociocultural, mas com a peculiaridade de considera-lo em sua singularidade e em sua função de resistência.

A educação, o poder na contemporaneidade e os atravessamentos que produz sobre o corpo, as políticas públicas e a formação do psicólogo, os serviços de assistência social, a massificação, a morte, o declínio da autoridade no laço social, abrem um quadro de análises do mundo contemporâneo e apresentam como a psicanálise, a psicologia social, a esquizoanálise e a genealogia foucaultiana se situam nessas problemáticas e ajudam a investiga-las.

Por outro lado, estudos mais pontuais discutem a construção do corpo nas psicoses, mas também as correlações da psicanálise e da psicologia com as neurociências, seja através do estudo sobre o Alzheimer, seja sobre o desenvolvimento psicomotor da criança e seus contextos familiares e culturais.

No trabalho “Sobre a Educação Inclusiva e suas Referências Discursivas”, Cecília Maria Girão Gomes e Maria Celina Peixoto Lima, discutem os fundamentos da educação inclusiva enquanto práxis, mas pela via de uma problematização política sobre as articulações e alianças discursivas entre a medicina e a educação, manifestadas nas políticas públicas. Utilizam-se da psicanálise para sustentar suas proposições acerca de uma educação inclusiva contemporânea.

Ainda no campo educacional, mas numa outra perspectiva, Maria Gláucia Pires Calzavara, Bianca Ferreira Rodrigues, Samira Pontes, Luiz Diego Sacramento do Carmo e Maria Luiza Guimarães de Pádua, através de uma pesquisa empírica, debatem o declínio das figuras de autoridade no campo escolar, através de uma interlocução entre psicanálise e educação. Além de sinalizarem as questões próprias dos mal-estar contemporâneo, chamam a atenção para a pertinente diferença entre autoridade e autoritarismo, assim como a função da hiância que visa preservar o impossível do campo da educação.

A saúde mental como uma política pública vê-se interrogada do artigo “Os Efeitos da Contemporaneidade nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)”, da autoria de Caio César Souza Camargo Próchno e Wellington Luís Cardoso Bessa, através de uma constatação dos autores de que o saber-fazer na Saúde Mental passou por importantes e significativas transformações no Brasil, afetados pelos compromissos políticos das mudanças da pós-modernidade. Essas mudanças implicam a forma com as novas formas de modulação do sofrimento psíquico foram capturadas pela lógica de uma clínica neurobiológica que não considera a dimensão do sujeito.

A discussão sobre as políticas públicas ganha outro recorte com o trabalho de Samantha Torres e Daniel Dall’Igna Ecker, quando articulam com a formação do psicólogo, a partir de um relato de experiência que buscava aproximar o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP/RS), ao meio acadêmico. Esse projeto, junto à professores e alunos da graduação de duas

Leonardo Danziato⁽¹⁾

1) Universidade de Fortaleza -
Unifor - Fortaleza - CE - Brasil

universidades do estado do Rio Grande do Sul, demonstrou a potente função do projeto piloto para as discussões sobre as políticas públicas na formação do psicólogo.

Numa pesquisa que buscou analisar associações entre os fatores do ambiente familiar e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças das Unidades de Educação Infantil do município de Belém, Larissa Araújo Matos, Lília Iêda Chaves Cavalcante e Elson Ferreira Costa, além de constatarem a correlação entre as características socioeconômicas e o desenvolvimento neuropsicomotor, demonstram a importância desses estudos na fundamentação de políticas públicas dirigidas à população infantil, mas de maneira que se considere as diferenças regionais.

A Análise política das políticas públicas e educacionais dá espaço para trabalhos de caráter teórico-político, sobre o poder e o corpo.

Em “O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault”, Rafael Nogueira Furtado e Juliana Aparecida de Oliveira Camilo, analisam o conceito de biopoder e seus efeitos de disciplinamento e produção dos corpos, mas também de uma governamentalidade das populações. Não deixam, contudo, de correlacionar os estudos foucaultianos acerca do poder e da politização da vida com a problemática do liberalismo. Discutem, ainda, os efeitos das tecnologias da vida e como o conceito de biopoder auxilia na compreensão das formas atuais de governo das condutas.

Ainda numa perspectiva crítico-política Pedro Henrique Lucas Costa e Caio César Souza Camargo Próchno, a partir de uma pesquisa cartográfica, e tendo a esquizoanálise como referencial, abordam o corpo de uma forma inédita, ou seja, a partir do seu processo de “dejetificação”. Discutem como o corpo é explorado e exaurido ao ponto de se tornar um dejetivo transformando-se num corpo-lixo, como efeito dos atravessamentos do poder ao longo do tempo. Propondo, contudo, possibilidades inventivas, evidenciam que a partir desta condição abjeta, o corpo-lixo potencializa-se como corpo-potente.

Fechando as experimentações políticas do nosso número José Henrique Parra Palumbo e Paulo Emílio Pessoa Lustosa Cabral, burilam o conceito de pulsão anarquista cunhado por Nathalie Zaltzman, articulando-o a situações chamadas de experiências limite, nas quais as garantias de sobrevivência e de unidade são arruinadas, “quando os excessos de privação ou de um amor totalitário e paralisante ameaçam a sobrevivência do indivíduo”. Uma concepção “positiva” da pulsão anarquista, permite aos autores demonstrar o ímpeto libertário do anarquismo, assim como uma análise do papel da pulsão de morte, sem incorrer numa moralização.

Os dois últimos trabalhos tratam o corpo em perspectivas diferentes, mas ambos fundamentados pela psicanálise.

No artigo “Considerações sobre a Repetição da Linguagem no Idoso com Alzheimer: Uma Perspectiva Psicanalítica”, Sylvana Cardoso e Orestes Diniz Neto, numa perspectiva psicanalítica, articulam o fenômeno da repetição ao discurso repetitivo característico dos pacientes com doença de Alzheimer (DA). Realizam com isso uma interlocução entre psicanálise neurociências e demonstram a função da repetição na manutenção da identidade subjetiva dos sujeitos acometidos pelo Alzheimer.

O corpo também comparece em sua função organizadora quando Carlos Eduardo Rodrigues, Júlio Eduardo de Castro, no artigo “Inventar um Corpo: Schreber e sua Metáfora Delirante”, constatarem que nos quadros de psicose, a invenção do corpo, mesmo corpo feminino de Schreber, tem como função fazer suplência ao Nome-do-Pai foracluído.

Apresentamos, portanto, aos nossos leitores, um número rico e instigante com textos variados que não se resumem a uma repetição do mesmo, e se arriscam com um contundente trabalho de pesquisa, mas sem incorrer na ingenuidade de uma ciência sem alma, sem ética e sem política.